



SAÚDE

Anvisa mira manipulação de canetas emagrecedoras

Agência amplia combate à importação irregular de insumos e ao preparo de fórmulas personalizadas sem registro sanitário

» CAETANO YAMAMOTO*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou, ontem, novas medidas de combate a irregularidades na importação e manipulação de medicamentos injetáveis de GLP-1 (Peptídeo Semelhante ao Glucagon-1), popularmente conhecidos como canetas emagrecedoras, com princípios ativos de semaglutida, tirzepatida e liraglutida.

Entre as medidas previstas, estão a revisão das regras atuais do setor, a suspensão das autorizações de funcionamento para farmácias em situação de risco e novas fiscalizações em empresas importadoras de insumos para manipulação.

O órgão regulatório vai intensificar as ações em parceria com as vigilâncias sanitárias de estados e municípios e firmar acordos com agências reguladoras de outros países. A agência ainda prepara um plano de comunicação com orientações sobre riscos do uso indiscriminado das canetas e informações sobre produtos irregulares.

De acordo com a Anvisa, essas medidas ampliam a proteção e a segurança de medicamentos injetáveis de GLP-1 e foram motivadas pelo crescimento irregular da sua manipulação no Brasil. Segundo levantamento do órgão regulador, a importação de insumos farmacêuticos para manipulação das canetas tem sido incompatível com a dinâmica do mercado nacional. Somente no segundo semestre do ano passado, foram importados 130kg de insumos, quantidade suficiente para a preparação de 25 milhões de doses.

O diretor da Anvisa Daniel Pereira disse, em entrevista coletiva, que as farmácias de manipulação devem, obrigatoriamente, produzir o medicamento de forma individualizada, com o nome do paciente e do médico na etiqueta.

“A produção em larga escala, sem identificação individual ou para estoque prévio é considerada atividade industrial irregular para farmácias. Não será permitida a prescrição genérica para clínicas, e o paciente deve ser identificado”, afirmou.

Outro dado apontado é que, somente neste ano, o órgão fez 11 inspeções em farmácias de manipulação e importadoras — número

Freepik



A Anvisa exige que canetas emagrecedoras manipuladas por farmácias tenham o nome do paciente e do médico que prescreveu o tratamento

superior a todo ano de 2025 —, que levaram a oito interdições por problemas técnicos e falta de controle de qualidade.

De acordo com o presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), Neuton Dornelas Gomes, mais importante que o número de ações é a certeza de que a Anvisa está agindo. Segundo ele, produtos sem registro e, portanto, irregulares, representam grande risco, porque impedem a identificação de procedência e a avaliação das condições de fabricação, da pureza das substâncias e do armazenamento e transporte das drogas.

Entre os riscos mapeados estão empresas operando sem Autorização de Funcionamento (AFE); produtos sem previsão de demanda por manipulação; problemas de esterilização; deficiências no controle de qualidade; e utilização de insumos farmacêuticos sem identificação de origem e de composição.

Desde janeiro, a Anvisa publicou

10 ações de proibição de importação, comércio e uso de produtos irregulares de canetas emagrecedoras. Mais de 1,3 milhão de unidades de produtos estéreis foram apreendidos somente neste ano.

“Para a manipulação de produtos injetáveis, como as canetas, a garantia de padrões rígidos de esterilidade e pureza do insumo é fundamental para garantir a segurança desses produtos para as pessoas”, explicou a agência.

“Dados assustadores”

Segundo o presidente da SBEM, esse número é significativo e assustador. “São produtos apreendidos por apresentarem alguma forma de irregularidade — e a Agência elencou diversas desde problemas legais de falta de registro, produtos falsificados ou mal armazenados —, mas, mais preocupantes ainda, são as falhas evidenciadas de boas práticas de manipulação,

de controle de qualidade e as falhas em esterilidade e risco de contaminação microbiológica. Assustador e altamente perigoso é o mínimo que se pode dizer”, avaliou Neuton Gomes.

A entidade também está preocupada com os eventos adversos do uso indiscriminado do medicamento. De acordo com pesquisa baseada em dados da VigiMed, 26% das notificações de eventos adversos são consequência de uso não previsto na bula (off-label).

“Os principais e mais preocupantes eventos adversos relatados estão relacionados ao aumento de casos de pancreatite aguda. Isso já foi comunicado, inclusive, a toda a sociedade pela própria Anvisa”, informou Daniel Pereira.

“O uso de qualquer medicação off-label deverá ser muito bem ponderado pelo profissional médico assistente e, via de regra, não deve ser preconizado para esses produtos biológicos. É uma questão de

segurança para o paciente e, também, para o prescritor. Apenas as indicações autorizadas pela Anvisa é que devem ser seguidas”, alertou Neuton Gomes.

Medidas

A Anvisa divulgou os seis eixos de atuação para enfrentar o problema do uso indiscriminado das canetas emagrecedoras ilegais. O primeiro é o aprimoramento regulatório, com revisão de notas técnicas para importação, manipulação e controle sanitário de insumos farmacêuticos ativos (IFAs) de agonistas (substâncias que “ativam” receptores celulares) de GLP-1.

Haverá, ainda, reforço do monitoramento e da fiscalização de importadoras, farmácias de manipulação e clínicas; busca ativa de eventos adversos relacionados a medicamentos manipulados, com foco em serviços de emergência,



A produção em larga escala, sem identificação individual ou para estoque prévio, é considerada atividade industrial irregular para farmácias. Não será permitida a prescrição genérica para clínicas, e o paciente deve ser identificado”

Daniel Pereira, diretor da Anvisa

hospitais e clínicas médicas; e aperfeiçoamento do controle sanitário sobre a importação de IFAs utilizados na produção e manipulação das canetas.

Outra frente de atuação se dará na articulação institucional, federativa e internacional, com celebração de acordos de cooperação com entidades médicas e cooperação com agências reguladoras internacionais

O quarto eixo vai priorizar o aprimoramento regulatório para análise de pedidos de registro de agonistas de GLP-1, em consonância com protocolos de agências internacionais.

A elaboração de um plano de comunicação em linguagem simples, com orientação sobre riscos do uso indiscriminado das canetas, informação sobre produtos irregulares, esclarecimento sobre limites da manipulação e campanhas direcionadas a pacientes e profissionais também serão implementadas.

Finalmente, o Eixo 6 tratará de governança, com a criação de um grupo de trabalho na Anvisa para monitoramento e avaliação do Plano de Ação anunciado ontem.

Atualmente, há oito processos em análise para novos medicamentos com o mesmo princípio ativo do Ozempic, a semaglutida, cuja patente expirou em março.

QUESTÃO INDÍGENA

Terra Livre debate violência contra povos originários

» LETÍCIA CORRÊA*

A 22ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL 2026) foi aberta, ontem, no canteiro central do Eixo Monumental, com um debate sobre violência e violações de direitos contra os povos originários em seus próprios territórios. Lideranças indígenas de todo o país denunciam a lentidão do Estado nas demarcações e invasão de grandes empreendimentos econômicos que, sem consulta prévia, ignoram o direito das comunidades impactadas.

O acampamento, que nasceu em 2004 como uma articulação para pressionar o Estado pelo reconhecimento de direitos constitucionais, teve sua agenda ampliada em 2026, para denunciar a mercantilização da natureza e as ameaças do Poder Legislativo para supressão de direitos. Sob a organização da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o encontro deve reunir cerca de 8 mil pessoas de 391

povos originários. A cobrança por mais agilidade nos processos de demarcação de terras — há um passo de cerca de 110 áreas em análise — e o combate ao chamado Pacote da Destruição, que abrange a tese do Marco Temporal e a liberação da mineração em terras tradicionais, devem dominar os debates.

Para lideranças indígenas ouvidas pelo **Correio**, soluções para esses problemas continuam sendo discutidas “em passos de tartaruga”, e que o território é a base para implementar qualquer política pública voltada aos povos originários.

“Fico triste quando vejo que muitos parentes são vendidos para o agronegócio, são vendidos para o governo. Eles não pensam que estão recebendo migalhas”, destacou a líder Matilda, que carrega as bandeiras dos povos Tupinambá e Patxó. Para ela, o sofrimento indígena é alimentado diariamente pelo avanço da mineração e do agronegócio, que deixa um rastro de solo

Carlos Vieira/CB/DA Press



Acampamento em Brasília deve reunir, até sábado, 8 mil pessoas

explorado e parentes mortos. “O sistema da escravidão continua desde o momento em que se tira o nosso direito de ter nosso pedaço de terra”, sentenciou.

A coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), Thaí Campos, do povo Potiguara, afirmou que 177 terras

indígenas (TIs) na sua região são impactadas por hidrelétricas, e 84 por exploração de petróleo e gás, sem que o direito à consulta (Convenção 169) seja respeitado. Ela enfatizou que a morte de lideranças não interrompe o movimento, que luta há mais de 500 anos pela sobrevivência.

“Estão sendo liberados licenciamentos ambientais sem ao menos a participação dos povos indígenas que estão nessas áreas, e os invasores ainda têm o pensamento de que, se derrubar uma liderança, derruba o movimento indígena”, disse.

Suicídio

Do Sul do país, o relato é de uma crise humanitária silenciosa. Jaqueline Kaingang trouxe um relatório da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul) que coloca os índices de suicídio entre jovens indígenas nos territórios como os mais altos do Brasil. Ela também criticou a precariedade da saúde

básica, relatando mortes de crianças por doenças evitáveis e por falta de saneamento, além do descaço dos municípios, que se recusam a atender indígenas alegando que a responsabilidade é da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai).

“Os casos de suicídio nos nossos territórios são os maiores entre os jovens indígenas e a população brasileira. Os municípios não querem nos receber e ficam jogando: ‘Você tem Sesai! A gente vai para a Sesai e ouve que o território não é demarcado. Onde a gente vai buscar essa solução?’”, indagou.

Hoje, deve ocorrer a primeira grande marcha do movimento, contra projetos de lei que contrariam os interesses dos povos originários, como a liberação da mineração em terras indígenas e o estabelecimento do chamado marco temporal.

***Estagiários sob a supervisão de Vinicius Doria**